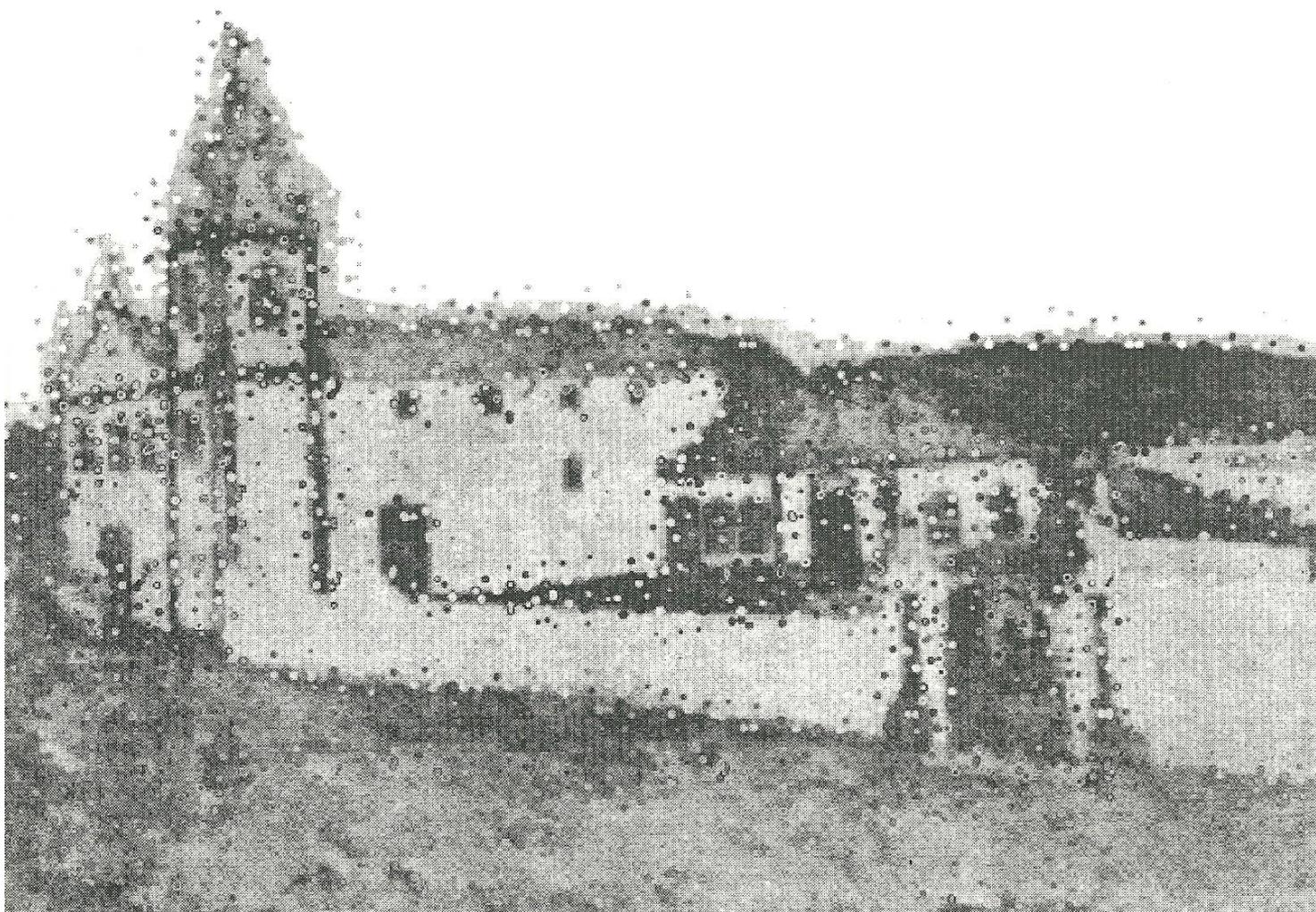


Considerações sobre religiosidade, biografia e história: O irmão Francisco do Livramento

Beatriz Teixeira Weber
Professora do Curso de História da UFSM



O texto procura realizar algumas considerações sobre biografia e história, analisando a religiosidade no final do século XVIII, início do século XIX, através do Irmão Joaquim Francisco do Livramento, considerado o ermitão fundador da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Palavras-chave

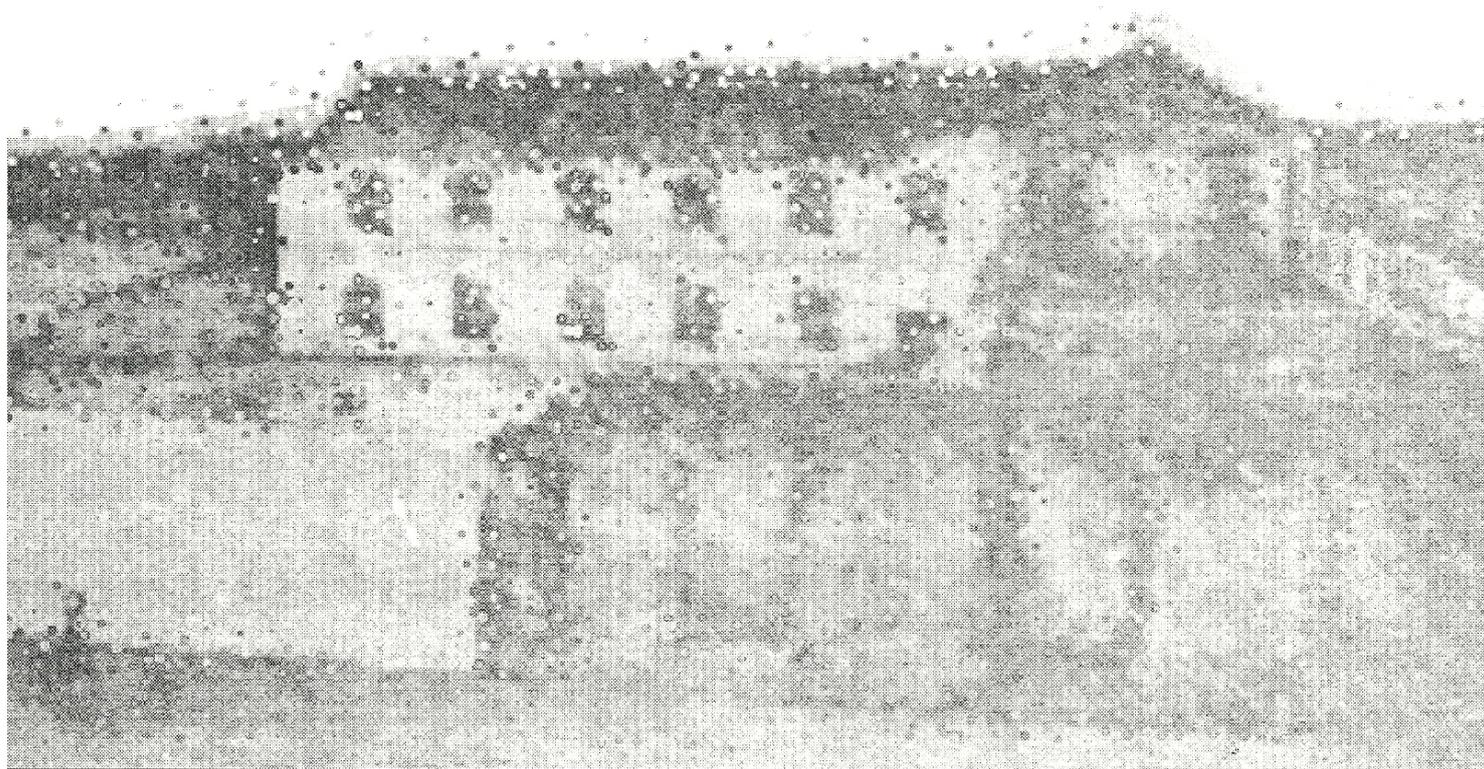
biografia, religiosidade, história cultural.

abstract

This paper tries to accomplish some considerations on biography and history, analysing the religiosity at the end of the XVIII century, and at the beginning of the XIX century, through Brother Joaquim Francisco do Livramento, who has been called the heremit founder of the Santa Casa de Misericórdia of Porto Alegre.

Key words

biography, religiosity, cultural history.



INTRODUÇÃO

Este texto é um pequeno ensaio na tentativa de refletir sobre uma biografia histórica, realizando-a. Restringe-se à situação específica de um personagem encoberto de mistérios, sendo o principal objetivo analisar o contexto religioso em que esse personagem atuava. Há inúmeras dificuldades no acesso aos dados sobre um homem do final do século XVIII, início do XIX, numa província que não produzia nada de interesse para o sistema colonial, o que intensificava a despreocupação com o registro e a guarda de documentos. Mesmo assim, procurou-se uma análise possível, apesar dos limites.

procura-se buscar um dos problemas que se sobressaía do conjunto documental com que se trabalha e que poderia ter um caminho satisfatório, e, talvez, até privilegiado, numa biografia.

Tentou-se traçar um esboço inicial para exercitar a reflexão sobre biografia. A biografia, como uma das possibilidades de trabalho histórico, tem assumido um certo destaque na produção historiográfica dos anos 90. Talvez como expressão de uma crise de identidades que afeta todos os setores da humanidade, num período de descrença nos padrões tradicionais, tanto de esquerda como de direita. Particularmente, a percepção da complexidade dos fenômenos com os quais se trabalha, tem exigido uma busca por reflexões que incluam as contradições e disparidades que compõem o fenômeno histórico. A biografia abre possibilidades até então negligenciadas, que procuram ser tangenciadas neste texto.

Mesmo considerando-a com um enorme potencial, entende-se o trabalho com esta perspectiva um dos mais difíceis de serem concretizados. Primeiramente, pelos motivos mais comuns. O acesso às fontes para se escrever biografia pode ser penoso, exigindo um rastreamento exaustivo e minucioso que pode demandar um longo tempo. Além disso, descrever “exaustivamente” a vida de um indivíduo pode esbarrar na falta absoluta de documentos, principalmente se for de indivíduos comuns, populares, que não tiveram nenhuma “ex-

pressão especial” na vida da sua comunidade, a não ser fazer parte viva e incessante da mesma.

Outro grupo de dificuldades refere-se à abordagem que se pode fazer da biografia, imaginando que os atores históricos obedecem a modelos de racionalidade que expressariam personalidades coerentes e estáveis, “ações sem inércia e decisões sem certezas”, nas palavras de Giovanni Levi¹. Essa distorção não se vincula unicamente a uma perspectiva teórica positivista, mas pode estar presente nos trabalhos de historiadores com outras visões, devido à dificuldade de dar conta da mudança constante e, ao mesmo tempo, das permanências nas identidades. Pode-se cair numa descrição ordenada, cronológica, que apresente um indivíduo coerente ao longo de toda a sua vida e de todas as suas atitudes.

Só que os homens teimam em desobedecer esses modelos. O material que se encontra nas fontes apresenta atitudes incoerentes, confusas, e na vida de cada indivíduo aparecem problemas, incertezas, escolhas, que têm que ser levadas em conta. Aliás, entende-se que é por essa riqueza de disparidades que o trabalho histórico apresenta um fascínio tão grande. Ele tem que poder ajudar os homens a entenderem seus significados, suas transformações, sua complexidade. Com esse sentido, procura-se buscar um dos problemas que se sobressaía do conjunto documental com que se trabalha e que poderia ter um caminho satisfatório, e, talvez, até privilegiado, numa biografia.

Na documentação relativa aos homens envolvidos com as atividades da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, essas incoerências aparecem de forma muito freqüente, especialmente no que se refere à orientação desses homens sobre o significado da caridade. Há um sentimento, uma atitude de obriedade no ato da caridade para os homens que vivem no final do século XVIII, início do século XIX. Mas esse sentimento faz parte de um conjunto

¹ LEVI, Giovanni. Les Usages de de la Biographie, *Annales Economies, Société, Civilisations*. Paris: n. 6, nov/dez 1989. p. 1326.

de atitudes frente à religião católica, sendo a obrigação da caridade apenas um dos elementos e tendo uma lógica própria no contexto da colônia. “Mas aquilo que para nós parece apenas uma sensibilidade indiferenciada, seguramente era, (...), uma percepção claramente articulada”². É esse modo de percepção da caridade que os leva a fundar e fazer parte das irmandades, bem como se envolver com sua administração, o que pode ser refletido através da biografia do Irmão Joaquim Francisco do Livramento, considerado o fundador da irmandade da misericórdia em Porto Alegre e em outras regiões, como Florianópolis (então Desterro), e também de seminários para crianças.

Esse indivíduo foi escolhido justamente por suas incoerências. Primeiro, porque apresenta atitudes aparentemente contraditórias frente ao que foi produzido como sua responsabilidade: é um homem que não teve tanta participação direta, diária, nos “episódios” por que é responsabilizado, mas sua história é construída como fundamental para o destino das irmandades. Segundo, porque apresenta uma atitude “caritativa” bastante complexa, em alguns momentos sendo considerado um grande benfeitor e em outros tendo dificuldades para o exercício dessa “caridade”. Avalia-se que essas atitudes compõem um quadro do que significa caridade nesse período, que possui características específicas frente a uma sociedade escravista e à “realidade da não-fraternidade, da não-caridade no sentido evangélico”, como diz Eduardo Hoornaert na sua análise da Igreja na Colônia³.

Procurar biografar esse homem permite entender essas questões de forma privilegiada. Entretanto, esta biografia trata da situação específica da vida do biografado em relação ao hospital de caridade de Porto Alegre, considerada sua fundação em 1803, Santa Casa de Misericórdia em 1816. Devido ao caráter restrito deste trabalho, não é possível incluir uma abrangência muito maior, mas a vida do Irmão Francisco vai de 1761, nascido em Desterro, a 1829,

quando morre em Marselha. Não se trata toda a sua vida pormenorizadamente, apenas algumas situações.

A maior experiência de um historiador ao trabalhar um período permite que ele apresente uma capacidade maior de articular elementos que podem não ser acessíveis diretamente. Os trabalhos de Natalie Zemon Davis e Georges Duby demonstram o quanto isso pode ser importante para se traçar um quadro do contexto em que vivem os personagens⁴. Nesse processo, discute-se a relação entre contexto e indivíduo. Parte-se de uma noção de contexto histórico e social que procura oferecer uma compreensão dos acontecimentos onde uma determinada atitude pode ser compreendida. É um quadro de práticas culturais onde se pode entender determinadas atitudes. O Irmão Joaquim apresenta comportamentos que têm que ser recuperados na situação em que viveu. Mas esse contexto não é rígido, imóvel ou absolutamente coerente. Como diz Giovanni Levi:

Há relação permanente e recíproca entre biografia e contexto; a mudança é precisamente a soma infinita dessas interrelações. O interesse da biografia é de permitir uma descrição das normas e do funcionamento efetivo, este não sendo mais apresentado somente como o resultado de um desacordo entre regras e práticas, mas como o resultado das incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas.⁵

As condutas dos personagens apresentam as suas possibilidades numa situação cultural e social, que possui interstícios inerentes a todo sistema de normas. Essa situação apresenta possibilidades de manipulação, interpretação das regras ou nego-

² FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. p. 55.

³ HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil. Primeira Época*. p. 361.

⁴ DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Esse também parece ser o caso de LE GOFF, Jacques. *Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?* *Le Débat*, pp. 48-53, apesar de não se ter ainda o texto final sobre o rei-santo Luís IX, da França.

⁵ LEVI, Giovanni. *Op. cit.*, p. 12 (da tradução).

ciação. O princípio de mudança constante da realidade social tem que ser resgatado nas realidades históricas, através da sua maleabilidade. Temos dificuldade de perceber e expressar essa questão, já que necessitamos de recortes para a viabilidade de nossas pesquisas e porque, em geral, nos chegam os resultados das decisões dos personagens, mas a biografia pode oferecer melhores possibilidades. O contexto também serve para preencher as lacunas na documentação, comparando o comportamento possível de uma pessoa com outra em situação semelhante, ou com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia.

No caso da situação em questão, os “notáveis locais” serviram de mediadores entre áreas periféricas do Brasil colonial, como o Rio Grande de São Pedro e a região de Santa Catarina, num contexto considerado desfavorável para a fundação de instituições religiosas. É um momento em que a Igreja procura estabelecer novos padrões de funcionamento baseados no Concílio de Trento, desmerecendo instituições de caridade. A realidade local e o jogo de relações entre os setores dominantes permitiram uma situação específica, ainda baseada nos modelos coloniais. Apenas as explicações externas a essas realidades não dão conta dos resultados. É preciso analisar as micro-realidades para poder entendê-las, assim como entender as relações mais gerais. Isso não quer dizer que seja uma situação diversa e especial, mas que é uma das possibilidades num contexto mais amplo.

Também os historiadores vêm procurando tirar vantagens das formas expositivas mais descritivas e mais próximas da literatura, sem abandonar suas preocupações documentais. Essa forma, que pode assumir versões diferenciadas de acordo com o autor, está condicionada pelas reflexões feitas acima. Visa explorar a perspectiva da mudança e das relações, que podem ser melhor explicitadas com um tex-

to mais maleável. Atende também a preocupação em oferecer um texto que permita atingir a população em geral, tornando o conhecimento produzido pela academia acessível aos “não iniciados”, além de poder mostrar que existem opções sociais, mesmo que parcialmente condicionadas.

O que se conta em Porto Alegre

Considerado o fundador da Santa Casa, Joaquim Francisco do Livramento, conhecido como Irmão Joaquim, teria chegado à vila de Porto Alegre em 1875, numa trajetória de percorrer as capitanias do Brasil colônia pregando a caridade e fundando instituições como um ermitão. Com tristeza, ele constatou que aquela vila, habitada por 1.500 pessoas libertas, que crescia rapidamente, não possuía uma casa onde os doentes pobres pudessem sarar suas enfermidades.

A única exceção, que logo despertou a curiosidade do religioso, era um pequeno asilo situado na rua dos Pecados Mortais, mantido por uma negra, Angela Reiúna, que atendia principalmente os doentes da “classe marítima”. Foi Angela quem lhe falou de um homem chamado José Antônio da Silva, seu vizinho já falecido que, em certos dias da semana, saía às ruas vestindo um balandrão preto e recolhendo esmolas para os presos da cadeia. Com o dinheiro ela comprava alimentos e preparava um caldo para alimentar os detentos aos domingos.

O Irmão Joaquim prosseguiu sua peregrinação por outras províncias. Em São Paulo criou os seminários de Itu e Sant’Ana, no Rio de Janeiro fundou o de Jacacunga e na Bahia implantou o seminário Órfãos de São Joaquim. Quando voltou a Porto Alegre, no final do século, Angela havia falecido, mas dois outros seguiam seu exemplo - José da Silva Flores e Luiz Antônio da

É preciso analisar as micro-realidades para poder entendê-las, assim como entender as relações mais gerais.

Silva. Eles conseguiram edificar uma enfermaria para os pobres que começou a funcionar em 1795, na encosta do Alto do Bronze.

Em 1801, ele havia fundado a Santa Casa de Misericórdia do Desterro, em Florianópolis, realizando os entendimentos com o governo português. Colocou-se à disposição da Câmara Municipal de Porto Alegre para realizar a mesma tramitação para a criação de um hospital, ao que a Câmara atendeu, entregando-lhe um atestado dirigido ao Príncipe Regente.

O hospital começou a ser construído em 1803, com o apoio do brigadeiro Francisco João Rocio, governador interino da província, que desenhou o projeto da obra e escolheu o local numa colina fora da península. Até 1806, o Irmão Joaquim foi um colaborador incansável dos administradores eleitos pela Câmara, uma comissão de três pessoas, participando na coleta de esmolas e ajudando nas obras. Quando percebeu que tudo corria bem, e julgou que sua presença era dispensável, resolveu partir, provavelmente para prosseguir sua obra de caridade em outros lugares mais necessitados. E ninguém mais ouviu falar no Irmão Joaquim. Antes que Porto Alegre sentisse a dimensão da Santa Casa, a história perdeu contato com seu fundador.

Esse é, de forma geral, o relato que se encontra em vários textos sobre a trajetória do Irmão Joaquim⁶. Muitos deles são iguais e outros variam quanto à forma, mantendo as mesmas informações. Todos os textos devem ter se baseado num trabalho feito por Manoel José de Freitas Travassos, que foi provedor da Santa Casa em 1847-48, em 1850 e em 1857-58. O texto chama-se “Apontamentos para a história da fundação do hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Porto Alegre, coligidos e oferecidos à Mesa da mesma Santa Casa pelo irmão Manoel José de Freitas Travassos”, de 1859, onde faz um apanhado da história da entidade, descrevendo o papel do Irmão Francisco⁷. Todos os textos reproduzem quase que literalmen-

te essa versão, sendo que Archymedes Fortini refere-se a ele como fonte⁸. As referências dos provedores sobre a história da instituição sempre repetem o mesmo texto⁹. A partir do que foi construído nos vários textos, procurou-se refletir sobre algumas questões relacionadas ao Irmão Francisco.

Origem e trajetória

Joaquim Francisco do Livramento era filho legítimo do sargento-mór Thomaz Francisco da Costa e de Marianna Jacinta da Victoria, naturais da freguesia do Espírito Santo da Ilha do Faial, uma das ilhas do arquipélago dos Açores. Nasceu e foi batizado na freguesia da cidade do Desterro, capital da província de Santa Catarina. Sua mãe sentiu o “incômodo” do trabalho de parto quando dispunha-se a assistir a procissão do enterro na Sexta-feira da Paixão, no dia 20 de março de 1761. Seu pai era um negociante, provavelmente proprietário de um armazém importante na cidade do Desterro, pois sua família é considerada “uma das mais respeitáveis e extensas da Província”. Isso confirma-se pelas inúmeras vinculações religiosas de seus ascendentes na cidade: seus pais eram membros da Ordem Terceira da Penitência, seu pai foi um dos instituidores da Irmandade do Senhor dos Passos e da Caridade dos Pobres, que, mais tarde, originaram a Santa Casa de Misericórdia. Participou como tesoureiro da Mesa da Irmandade e propôs a obra do hospital em 1787¹⁰.

Esses dados são importantes porque refletem a importância da igreja católica no período colonial. Ela teve caráter predominantemente leigo e participar das associações religiosas era parte fundamental da vida cotidiana, ponto de referência para todas as atividades realizadas. As associações religiosas nas quais os leigos se reuniam eram chamadas confrarias, havendo dois tipos principais: as irmandades e as

⁶ GUIMARAENS, Rafael. A Herança do Irmão Joaquim. _____, Santa Casa: 160 anos de uma bela história. Santa Casa Notícias. Porto Alegre: p. 4-5, abr 1986. São Nabus a Doze. Santa Casa de Misericórdia. 190 Anos de Caridade. Zero Hora. Porto Alegre: p. 8, 19 out 1990. FORTINI, Archymedes. Porto Alegre através dos Tempos. p. 93. PEREIRA, Isidro & FARIA, Tasso Vieira de. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Pontaão Médico Riograndense. pp. 88-90. FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: Guia Histórico. p. 262.

⁷ Há uma cópia desse texto no Relatório da Santa Casa de Misericórdia do ano de 1879 do capital da província do Rio Grande do Sul. p. 34 em diante.

⁸ FORTINI, Archymedes. Op. cit. p. 93.

⁹ Vide Relatórios impressos da Santa Casa de Misericórdia a partir de 1879.

¹⁰ SANTOS, José Gonçalves da Silva. Notícias Biográficas do Irmão Joanna Gomes de Gusmão e do Irmão Francisco do Livramento. p. 15-16. A ortografia dos textos foi atualizada para facilitar a leitura.

a convivência e a interpenetração de populações de várias procedências e credos na colônia, de múltiplas tradições culturais, formaram uma complexa organização religiosa, cruzando e reelaborando diversas tradições

ordens terceiras. As irmandades eram uma forma de sobrevivência na esfera religiosa das antigas corporações de artes e ofícios, encarregando-se dos encargos assistenciais e espirituais dos seus membros, através de benefícios para os tempos de doença, invalidez e garantia de sepultamento. Tinham uma organização hierárquica com uma seletiva admissão de seus membros, delas fazendo parte apenas os membros mais abastados da sociedade que podiam arcar com as despesas de inserção na entidade.

As ordens terceiras vinculavam-se às tradicionais ordens religiosas medievais, como franciscanos ou dominicanos. Preocupavam-se, fundamentalmente, com a perfeição da vida cristã dos seus membros, através do vínculo às regras de uma ordem religiosa. Sua admissão era ainda mais seletiva que a das irmandades, sendo seu quadro social bastante sofisticado, pois "... significava ter acesso ao interior da nata da sociedade e trânsito facilitado nela. Significava *status*. Significava imediata obtenção de privilégios, graças e indulgências. Significava estar mais próximo do poder e ter a sua proteção"¹¹. A família de Francisco do Livramento era, portanto, abastada e com condições financeiras favoráveis para poder dar sustentação ao cargo de tesoureiro de uma irmandade, que, muitas vezes, exigia encargos do próprio bolso.

Mais que isso, a descrição de várias referências religiosas de sua família, das quais também fazem parte seus sete irmãos, demonstra o prestígio naquela comunidade, pois apenas um deles não foi admitido na Ordem Terceira da Penitência. Naquele contexto, representava fazer parte da sociedade, da qual se estaria excluído caso não houvesse um vínculo em alguma confraria, pois não participariam das festividades, dos encontros sociais, assim como teriam dificuldades para serem enterrados,

um dos grandes receios da população. A maneira mais comum de celebração da vida, como diz João Reis, era através das festas e procissões religiosas, formando um catolicismo lúdico, espetacular, "barroco", sendo a sua produção vinculada às irmandades¹².

A cultura portuguesa que formou o conceito que se tinha de Igreja no Brasil identificava religião e sociedade. Imagens, discursos, gestos, símbolos, tudo era impregnado de "cristianismo cultural". Ao mesmo tempo, essa cultura era vinculada a uma estrutura familiar e patriarcal, sendo o poder local dos proprietários de escravos que definia as práticas daquela sociedade, havendo muito pouca influência da hierarquia eclesiástica¹³.

Mas a convivência e a interpenetração de populações de várias procedências e credos na colônia, de múltiplas tradições culturais, formaram uma complexa organização religiosa, cruzando e reelaborando diversas tradições. A religiosidade colonial assumiu características específicas devido à forma como se agregaram as tradições: apego desmedido às missas, às procissões, um "exteriorismo" marcante, como diz Laura de Mello e Souza, impregnado de *magismo*, afeito ao aspecto externo mais do que ao espiritual¹⁴. Apesar de marcar mais profundamente uma religiosidade popular, esse aspecto compunha a religiosidade na colônia, fazendo com que toda a população fosse impregnada por ele. A família de Joaquim Francisco do Livramento também era marcada por essa visão típica do período colonial, especialmente frente às dificuldades e à inoperância de um sistema centralizado. Numa área como a região de Santa Catarina, que não apresentava relevância direta para o sistema colonial como um todo, muitos serviços acabavam sendo organizados pelos próprios moradores, tendo a população do local o papel de organizar lugares de reunião e de assistencialismo para os mais diversos casos de vida comunitária, especialmente através das confrarias.

¹¹ A citação é de BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. p. 20. Ver também HOORNAERT, Eduardo et al. História da Igreja no Brasil. Primeira Época. p. 234-235. HAUCK, João Fagundes. A Igreja na Emancipação (1808-1840). História da Igreja no Brasil. Tomo II/2. pp. 13-19. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos. p. 21-22.

¹² REIS, João José. A Morte é uma festa. p. 70, p. 86.

¹³ HOORNAERT, Eduardo et al. Op. cit. p. 246-248.

¹⁴ SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. p. 16, p. 91.

O pai de Joaquim queria destiná-lo ao negócio, colocando-o na loja para que praticasse, mas conta-se que ele demonstrava atitudes de “caridoso amor ao próximo e abnegação de si próprio” desde menino, fazendo com que seu pai reconhecesse a necessidade de retirá-lo do serviço pelas atitudes que ele adotava e pelas constantes sugestões do reverendo comissário da Ordem Terceira da Penitência. Um dos episódios diz que ele estava na loja e entrou um homem com trajes pobres e perguntou por certa qualidade de fazenda, que ele apresentou e disse o preço. Querendo obter melhor mercado, o homem começou a desdenhar da qualidade, ao que Joaquim respondeu que a fazenda realmente não era boa, mas que ele não podia dar por menos porque era o preço marcado, o que fez com que perdesse o comprador, “... que provavelmente foi procurar menos sinceridade”¹⁵. Seu aprendizado de “primeiras letras” fora tranquilo e as atividades fora das horas de estudo eram aplicadas em entretenimentos, como fazer oratórios, entoar cânticos, permanecendo “... como arrebatado e esquecido do mundo”¹⁶.

A adoção do nome “do Livramento”, substituindo o nome “da Costa”, foi devido a uma imagem de Nossa Senhora do Livramento que havia num nicho da casa de esquina da rua Bela do Senado com a do Livramento, que seu pai havia construído, a qual ele tinha tomado grande devoção. Essa também havia sido a decisão do seu cunhado José Luiz do Livramento, quando professou na Ordem Terceira da Penitência em 1766¹⁷.

Livre da incumbência da loja do pai, teria se dedicado à sua devoção, trabalhando na Irmandade do Senhor dos Passos como encarregado da lâmpada de devoção, da limpeza da capela, do preparo dos altares e ajudava nos ofícios dos anos de 1779 a 1781. Visitava pobres considerados indigentes, ajudando-os com esmolas, doentes, ministrando remédios e palavras de consolo, atendia moribundos, ensinando-os a “resignar(em)-se à vontade do Altíssimo, e

implorar(em)-Lhe o perdão de suas culpas”¹⁸. Essas atividades de caridade eram desenvolvidas sem que sua família soubesse.

Apesar dos conselhos dos parentes e amigos para que se fizesse sacerdote, já que seus pais tinham como concorrer para as despesas, ele não assentiu “... por humildade, julgando-se indigno de exercer as funções sacerdotais”. Buscou ser religioso leigo na Franciscana, insistindo em ir ao Rio de Janeiro e depois ao Porto para realizar seu intento, viajando de 1781 a 1783¹⁹.

De volta de sua viagem, infrutífera porque não conseguiu entrar como leigo na Primeira Ordem Franciscana, professou como irmão na Terceira Ordem da cidade do Desterro. Há referências de que requereu “profissão” à Mesa da Ordem em 1783, tendo obtido em 1784, tendo “... cumprido com as obrigações do seu ano de provação, muito pacífico, temente a Deus, pronto para tudo o que se lhe mandava, ...”²⁰. Provavelmente era uma designação da irmandade para que um irmão assumisse essa função como atividade regular. Obteve a faculdade de andar de hábito do Reverendo Provincial, como ermitão, por volta de 1787. Desde então, ele apareceu tirando esmolas para a caridade.

O significado de “ser ermitão”

Eremitas eram irmãos ou monges, leigos que se dedicavam à vida ascética e à promoção de obras de culto e devoção. O termo está vinculado a “ermo”, lugar deserto ou solitário, onde esses homens passavam a viver, geralmente ao lado de uma ermida por eles construída. O período em que mais proliferaram eremitas no Brasil está associado à atividade mineradora. São leigos que decidiram levar uma vida cristã “mais perfeita”, dedicando-se à vida de oração e o serviço do culto. Todos são

¹⁵ SANTOS, José Gonçalves da Silva. Op. cit. p. 17.

¹⁶ PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Joaquim Francisco do Livramento. Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Tomo 8. p. 391.

¹⁷ SANTOS, José Gonçalves da Silva. Op. cit. p. 17-18.

¹⁸ A citação é de PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Op. cit., p. 393. Vide também SANTOS, José Gonçalves da Silva. Op. cit. p. 18.

¹⁹ SANTOS, José Gonçalves da Silva. Op. cit. p. 17-18.

²⁰ Id. ibid. p. 49.

considerados profetas e apóstolos da caridade, entendidos a partir de um conceito de “conversão” como abandono do “mundo”, que tem toda uma conotação pejorativa que envolve toda a sociedade dos homens que vivem nele. Eles abandonam o “mundo” para fazerem penitência nas “obras da misericórdia”.

Destacam-se sete eremitas dos quais há documentação suficiente para aclarar alguns aspectos de suas vidas. O Irmão Joaquim do Livramento é considerado uma exceção. Seis deles caracterizavam-se como propagadores de uma devoção, e passaram o restante de suas vidas ao lado da ermida que construíram²¹. Joaquim do Livramento é o único que não construiu uma ermida, mas dedicou-se ao recolhimento de esmolas e à fundação de hospitais e quatro asilos para jovens, que se constituíram em casa de formação sacerdotal: na cidade da Bahia (Salvador, provavelmente), em Jacuecanga (Rio de Janeiro), em Itu e em Santana (os dois em São Paulo). Dedicou-se a mantê-los através da caridade e da ajuda dos governos, conseguindo professores, padres, alimentos e vestuário²².

Essa forma de vida religiosa era aprovada pelas autoridades eclesiásticas, contanto que se mantivessem conformes aos desígnios da Igreja, não ameaçando-a com a liderança de movimentos populares. Através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, os eremitões eram encarregados do culto divino e da limpeza das ermidas. Só deviam ser aceitos homens diligentes, de idade conveniente, de boa vida e costumes, não havendo mulheres eremitas. Deviam receber “carta de ermitania” autorizando-os a atuar vinculados a uma instituição eclesiástica²³.

Irmão Joaquim recebeu prerrogativas para o exercício da sua vocação, atuando de forma especial. Andava como ermitão, de hábito, mas não se preocupou com a construção de um local de culto, detendo-se na prática da atividade da caridade.

○ significado da caridade na igreja colonial

Numa sociedade marcada pela escravidão, a imagem de Deus adquiriu expressões específicas. Deus era Pai, aproximando-se da imagem do senhor dono de escravos, porque o senhor exercia poder de vida e morte sobre seus dependentes, em nome de Deus. Junto a esse senhor só valia a prece, a intercessão, a petição, nunca a desobediência. A imagem paternalista de Deus fazia com que só a ele coubesse conceder dádivas. A caridade era uma virtude periférica, mas tinha uma função nesse contexto paternalista, que era preservá-lo com a concessão de esmolas. Isso não atingia aos escravos, mas aos pobres. Os escravos deviam ser atendidos pelos seus senhores, únicos e absolutos responsáveis pela sua propriedade. Numa religiosidade ostentatória, dar esmolas, fazer caridade, era mais uma exposição pública²⁴.

Claro que a percepção dos homens nesse período era a de que estavam cumprindo com seus deveres cristãos ao exercerem a virtude da caridade, que quase se assimilava a dar esmolas. Não se questionava a escravidão ou a existência da pobreza, considerada um sofrimento que tinha que ser suportado, podendo haver ajuda em caso de doença. O pobre estava num purgatório, que era, no entanto, uma anteporta do céu. Era visto como um desamparado da sorte, um doente, merecedor de toda compaixão, não ainda como uma “ameaça” - perfil que vai assumir ao longo do século XIX.

A atividade dos demais eremitas do Brasil colonial parece compor um tipo de espiritualidade baseada na experiência interior, no desejo de santificação pessoal para superar um drama interno. A atividade desenvolvida pelo Irmão Francisco parece voltar-se para fora, para os demais (apesar de haver indícios de outras possi-

Antônio Caminha construiu a ermida de N. S. da Glória no bairro do Meiro; Francisco da Soledade passou a viver às margens do rio São Francisco, onde introduziu a imagem do Bom Jesus da Lapa, só para citar exemplos. HOORNAERT, Eduardo et. al. Op. cit. p. 240-41. FRAGOSO, Hugo. A Igreja na Formação do Estado Luso (1840-1875). História da Igreja no Brasil. Tomo 2. p. 231.

FRAGOSO, Hugo. Op. cit. p. 27.

Id. ibid. p. 108-109.

Id. ibid. p. 342-343.

bilidades, mas que a documentação só permite inferir).

A Irmandade do Senhor dos Passos, em Desterro, havia assumido desde 1782 a determinação de assistir aos pobres e doentes da cidade, mesmo não havendo um hospital ou lugar próprio, tratando-os nas casas às custas da Irmandade. Para isso, a irmandade estabeleceu que saíam quatro irmãos de balandra (uma capa preta) com suas alcovas a pedir esmolas pelas portas dos moradores da vila. Para isso, a irmandade deveria pedir licença ao governador, como parece ser a regra para o exercício dessas atividades. Essa autorização vinha circunscrita aos dias da semana em que podiam ser realizadas, como era usual para o pedido de esmolas. Esse procedimento é o mesmo apresentado em outras cidades, como Porto Alegre e Salvador²⁵. Também pretendiam vir a fundar um hospital de caridade para o atendimento desses doentes, o que pôde ser concluído, em parte, em 1788, recebendo os enfermos no início de 1789²⁶.

Francisco do Livramento, por volta de 1787, como membro da Irmandade do Senhor dos Passos e por sua vocação, viajou ao Rio de Janeiro e ao Rio Grande de São Pedro a fim de angariar esmolas para o hospital. Para poder manter o hospital, a irmandade requereu o estatuto de Santa Casa de Misericórdia e suas prerrogativas para o hospital dos pobres, tendo o Irmão Francisco se oferecido para ir a Lisboa levar o requerimento em 1789. Realizou a tarefa de agente e procurador da solicitação, com a Irmandade autorizado-o a tomar as atitudes necessárias determinadas pela Mesa de Lisboa para ser aceito o hospital com as prerrogativas de Misericórdia. Em 1792, a Mesa da Irmandade recebeu resposta da Santa Casa de Lisboa, com observações para reforma do compromisso que fora enviado²⁷.

Esteve viajando constantemente, aparentemente para a coleta de esmolas: em 1795 no Rio de Janeiro, 1796 em Lisboa, tratando de obter licença para a fundação da Congregação do Desagravo do

Santíssimo Sacramento, em 1797 estava novamente em Santa Catarina. As informações sobre a história da Santa Casa de Porto Alegre afirmam sua presença nessa cidade em 1798. Há referências a sua presença em 1775, o que não é provável porque teria apenas 14 anos. Nota-se uma grande discrepância de datas para referências ao Irmão Joaquim, provavelmente porque existem poucos dados precisos sobre sua vida, tendo sido utilizadas as mais diversas informações pelos que se referem a ele. Procurou-se adotar as informações mais coerentes e que aparentavam maior precisão. Após a fundação de um hospital de caridade em Porto Alegre, não há mais referências sobre suas atividades para as biografias realizadas por membros dessas congregações²⁸. Sua memória foi construída segundo os padrões de religiosidade que a sociedade do período tinha como aceitáveis.

Considerações finais

A trajetória do Irmão Francisco em Porto Alegre, quando foi considerado fundador da Santa Casa de Misericórdia, limitou-se à preocupação com a organização de um hospital de caridade, oferecendo-se à Câmara de Vereadores da cidade para encaminhar uma solicitação de autorização para o funcionamento do mesmo, tendo recebido um atestado dirigido a D. João VI, datado de 1802. Em audiência com o príncipe regente em Lisboa, fez a solicitação, que foi encaminhada para apreciação do Visconde de Anadia. A autorização foi concedida em 1803, dirigida ao governador da província Paulo José da Silva Gama, que transferiu à Câmara de Vereadores a tarefa de eleger uma administração para tratar da coleta de esmolas e construção do hospital. A participação do Irmão Joaquim restringe-se a esse encaminhamento, mas é considerado o fundador, provavelmente pela memória que a ele é atribuída, de inspirador

e mestre da caridade de instituições que precisam da caridade para o seu sustento. Sua imagem foi construída como um símbolo dessa caridade, componente de um contexto no qual ela era percebida como arrecadação de esmolas, associada aos dirigentes administrativos e religiosos da colônia, sem os quais não haveria possibilidades de atuação. Irmão Francisco fez o papel de procurador dessas instâncias locais na Corte. Sem dúvida, deve-se ressaltar o respeito que devia possuir nessas localidades e junto à comunidade para vir a receber essas tarefas, provavelmente associado a sua atividade de “arrecadador de esmolas”. A forma como sua memória foi construída também atesta esse respeito, reforçando o exemplo da caridade frente a essas comunidades.

Obviamente, ele era mais do que isso. Um viajante incansável, apesar de suas dificuldades físicas, e/ou um desterritorializado, devido aos possíveis problemas com a família. Abnegado na sua peregrinação, mas parece não ter questionado nunca a escravidão, componente indispensável na sociedade da qual fazia parte. Pena não se saber mais sobre seus gostos pessoais, como o de fazer flores de pano ou o de desenhar paisagens²⁹, mas isso indica a potencialidade desse tipo de pesquisa, apesar dos limites das fontes. É uma porta aberta para esse tipo de trabalho, que permite perceber melhor a vida dos homens, considerando as suas incoerências em sociedades complexas e fragmentadas.

Bibliografia

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**. São Paulo: Ática, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno**

de Martin Guerre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FORTINI, Archymedes. **Pôrto Alegre através dos Tempos**. Porto Alegre: Div. de cultura, 1962.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.

GUIMARAENS, Rafael. **A Herança do Irmão Joaquim**. Porto Alegre: Redactor, 1984.

HOORNAERT, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil. Primeira Época**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **História da Igreja no Brasil. Tomo II/2**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LE GOFF, Jacques. Commente écrire une biographie historique aujourd'hui? **Le Débat**. Paris: n. 54, p. 48-53, mar-abr 1989.

LEVI, Giovanni. Les Usages de de la Biographie. **Annales Economies, Societé, Civilizations**. Paris, n. 6, p. 1320-1335, nov-dez 1989.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Joaquim Francisco do Livramento. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Tomo 8**. p. 391-398.

PEREIRA, Isidro & FARIA, Tasso Vieira de. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. **Panteão Médico Riograndense**. São Paulo: Ramos & Franco Editores, 1943, pp. 88-90.

REIS, João José. **A Morte é uma festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Relatório da Santa Casa de

Sua imagem foi construída como um símbolo dessa caridade, componente de um contexto no qual ela era percebida como arrecadação de esmolas, associada aos dirigentes administrativos e religiosos da colônia, sem os quais não haveria possibilidades de atuação.

²⁹ PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Op. cit. p. 395-397.

Misericórdia do ano de 1879 da capital da província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typ. do Deutsche Zeitung, 1879.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SANTOS, José Gonçalves da Silva. **Noticias Biographicas da Irmã Joanna Gomes de Gusmão e do Irmão Francisco do Livramento.** São Paulo: Imprensa Oficial, 1931.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. Santa Casa: 160 anos de uma bela história. **Santa Casa Notícias.** Porto Alegre: Órgão de divulgação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, ano I n. 4, p. 4-5, abr. 1986.

_____. São Nabos a Doze. Santa Casa de Misericórdia. 190 Anos de Caridade. **Zero Hora.** Porto Alegre: p. 8, 19 out 1990.

Endereço da autora

Beatriz Teixeira Weber

Floriano Peixoto, 1750. 4º. andar.

97015372 - Santa Maria - RS.

Fone: (055) 222 6699